

Prevenção e controle de homicídios: analisando experiências brasileiras

Robson Sávio Reis Souza

Robson Sávio Reis Souza é filósofo, especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG) e em Teoria e Prática da Comunicação Social (USF/SP), mestre em Administração Pública (FJP) e doutorando em Ciências Sociais. Pesquisador-colaborador do Observatório das Metrópoles (Núcleo Belo Horizonte), professor e coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (PUC Minas) e membro da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte e do Fórum Mineiro de Direitos Humanos.

✉ PUC Minas. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

✉ robsonsavio@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo faz uma breve análise sobre o problema dos homicídios no Brasil para, em seguida, apresentar variadas práticas implementadas em diferentes realidades e circunstâncias com o objetivo de reduzir esse tipo de crime violento. O foco principal do texto é discutir algumas características dessas experiências, com o intuito de assinalar elementos comuns e sólidos, presentes nas ações de prevenção, redução e controle dos homicídios. A partir de uma seleção aleatória de casos, feita através de pesquisa exploratória na imprensa nos anos de 2009/2010, o artigo discute a relevância das características comuns que estão presentes nos vários programas selecionados, sinalizando que algumas dessas características devem ser consideradas pelos gestores e operadores da segurança pública que pretendem implantar ações de enfrentamento e controle dos homicídios. A metodologia utilizada para o exame das informações coletadas denomina-se análise de conteúdo. A partir da constatação de que já existem metodologias factíveis, testadas e de comprovado êxito no controle dos homicídios no Brasil, o artigo finaliza apresentando algumas sugestões para uma política mais sistêmica em torno da diminuição dos homicídios no Brasil.

Palavras-Chave

Homicídios. Política pública de segurança. Prevenção à criminalidade. Práticas de controle de homicídios no Brasil.

Este texto tem como objetivo apresentar breves considerações e análises sobre os homicídios no Brasil, apontando algumas práticas de redução e controle desses crimes. O foco principal é discutir algumas características que podem ser observadas nessas práticas, com o intuito de assinalar elementos consistentes na elaboração de projetos e políticas de prevenção, redução e controle dos homicídios.

O artigo foi produzido a partir de uma pesquisa feita em órgãos de imprensa, *sites* especializados e textos acadêmicos, que registraram *cases* de controle e redução de homicídios no Brasil.

Para o objetivo dessa análise exploratória e inicial – independentemente da profundidade das informações selecionadas nesses recortes –, serão destacadas as principais características de cada projeto, as variáveis relevantes dos projetos selecionados, além de conclusões e recomendações, para que os operadores e gestores da segurança pública, nos vários níveis de governo, possam elaborar estratégias de redução e prevenção dos homicídios, tendo em vista distintas possibilidades de intervenção.

Não se pode desconsiderar, contudo, o conjunto das discussões, pesquisas e trabalhos técnicos e acadêmicos já produzidos sobre o tema, somados às variadas práticas já existentes que podem auxiliar os gestores e operadores da segurança pública na articulação de mecanismos visando a redução da violência letal. Dispensa-se registrar

a relevância de uma série de constrangimentos que dificultam a implantação de políticas públicas de prevenção aos homicídios – como os diferentes arranjos institucionais e organizacionais das agências encarregadas desse tipo de política e a identificação de quais atores e agências e níveis de governo (União, Estado e/ou município) devem liderar tais processos. Tais constrangimentos poderiam ser superados com a construção de um plano nacional com o objetivo de reduzir a quantidade de assassinatos no Brasil.

Breve diagnóstico

Os homicídios no Brasil são responsáveis por quase 50 mil óbitos por ano. Entre 1997 e 2007, morreram, no país, 512,2 mil pessoas vítimas de homicídio (WERTHEIN, 2010).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), taxas acima de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas ao ano já são consideradas epidêmicas (WASELFSZ, 2010). No Brasil, algumas cidades chegam a ter taxas até sete vezes superiores a este valor.

O *Mapa da Violência* (2008), elaborado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, diretor de pesquisas do Instituto Sangari, mostra que o país tem a quinta maior taxa de homicídio juvenil entre 83 países listados no *Mapa da Violência: os Jovens da América Latina*. Segundo o relatório, a taxa no Brasil é de 51,6 homicídios para cada 100 mil habitantes (dados de 2008). Os outros quatro primeiros lugares no *ranking*

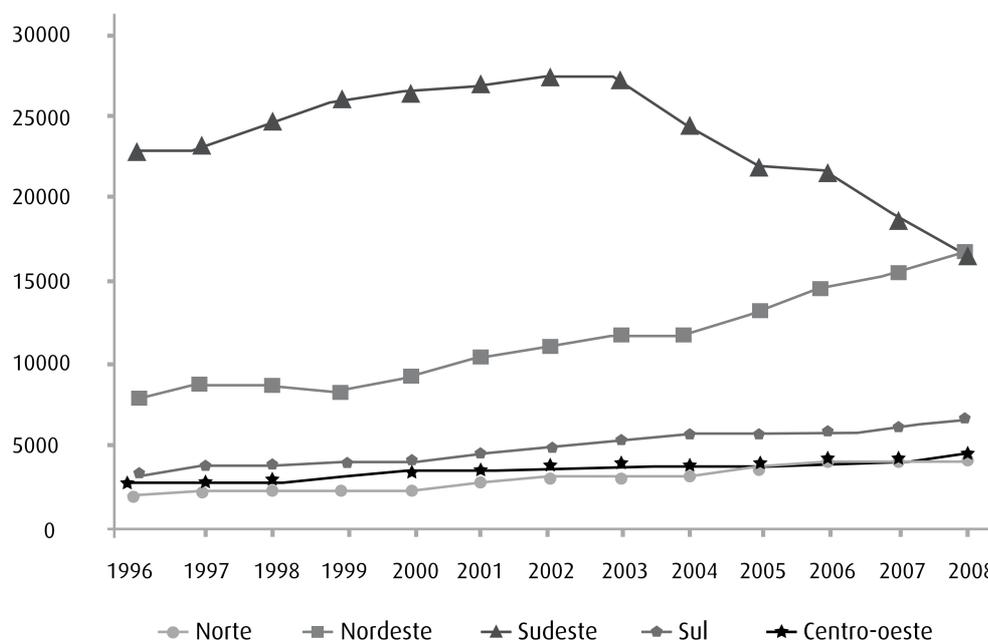
também são de países latino-americanos. El Salvador aparece em primeiro lugar, com taxa de 92,3, seguido por Colômbia (73,4), Venezuela (64,2) e Guatemala (55,4).

Análises sobre homicídios devem levar em consideração várias questões: as dinâmicas locais e as motivações desses crimes; a relação entre os homicídios e o tráfico de drogas, etc. Mas pelo menos dois pontos precisam ser destacados: o primeiro trata-se da dinâmica itinerante dos homicídios. A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp) divulgou, no final de 2004, um estudo sobre a ocorrência dos homicídios entre 1998 e 2002, com dados do sistema Datasus, do Ministério da Saúde. O relatório parte do princípio de que a “dinâmica iti-

nerante da criminalidade impõe o desafio de que os governos devem desenvolver políticas de segurança pública que não selecionem o seu público-alvo em função dos limites geográficos impostos pelas áreas de municípios ou estados, dado que diversos fatores determinantes dos eventos criminais são dispersos e itinerantes, ultrapassando as fronteiras estabelecidas pelos limites legais entre as unidades geográficas” (BRASI, 2004).

No Gráfico 1, somente como ilustração, podem ser observadas uma tendência de diminuição da concentração dos homicídios na Região Sudeste (provavelmente por uma série de políticas implementadas nos Estados a partir de 2002) e uma elevação do número de assassinatos no Nordeste.

Gráfico 1
Evolução do número de homicídios, por região
Brasil - 1996-2008



Fonte: Ministério da Saúde. SIM/Datasus.

É preciso entender o que está acontecendo, mas já existem hipóteses que apontam, por exemplo, para questões relacionadas ao desenvolvimento econômico do Nordeste:

A hipótese é que o desenvolvimento econômico rápido e acelerado do Nordeste implicou num aumento da renda e da posse de bens, que por sua vez fez crescer os crimes contra o patrimônio que, como se sabe, são crimes de oportunidade e fortemente associados a renda. (...) Esquemáticamente, teríamos o seguinte processo: nordeste: crescimento rápido da renda → aumento do crime patrimonial → aumento das armas → aumento dos homicídios; sudeste: crescimento estável da renda → estabilidade do crime patrimonial → diminuição das armas em circulação → diminuição dos homicídios.¹

Portanto, qualquer política nacional de redução e controle dos homicídios deve levar em conta as dinâmicas regionais e locais para o enfrentamento do problema.

O segundo ponto relevante refere-se ao custo altíssimo, do ponto de vista tanto econômico quanto social, dos assassinatos. Para calcular esses custos, devem ser considerados os gastos com o sistema de justiça criminal (polícias, sistema prisional, sistema de medidas socioeducativas, custos do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas na área criminal), serviços médicos, pagamento de benefícios previdenciários (aposentadorias), seguros privados e serviços de assistência social. Outras despesas são de difícil mensuração, mas causam danos à economia e corroem a coesão social: perda de tempo e investimentos em capital humano; perdas na indústria do turismo, no comércio; abuso de álcool e drogas; e desordens depressivas.

Os homicídios também são responsáveis pela redução no número de postos de trabalho. Em países com grandes indicadores de homicídios há diminuição de investimentos e fuga de capitais, assim como retração da produtividade e do valor dos salários. Outros custos podem ser observados na transmissão intergeracional da violência, na redução da qualidade de vida e na erosão da confiança entre as pessoas. O abandono das áreas violentas resulta em deterioração física e perda de empregos, atingindo, principalmente, os grupos mais vulneráveis, por serem os menos aptos a se ajustarem a mudanças no mercado de trabalho (SILVEIRA, 2008).

Portanto, a redução e o controle dos homicídios, para além de um imperativo ético, redundam em ganhos sociais, econômicos e de produtividade para o país.²

Apresentando algumas experiências de controle e redução dos homicídios

São descritos, a seguir, alguns relatos acerca de projetos, programas e políticas voltados para o controle e redução dos homicídios, empreendidos pelo poder público em parceria com a sociedade, em 11 cidades brasileiras.

Como dito anteriormente, trata-se de uma seleção aleatória de *cases*, a partir de uma pesquisa exploratória na imprensa, realizada entre 2009 e 2010. O objetivo é levantar alguns pontos em comum entre os vários programas selecionados, sinalizando características que devem ser consideradas pelos gestores e operadores da segurança pública para implantação de ações de enfrentamento dos homicídios.

A metodologia utilizada para o exame das informações coletadas denomina-se análise de conteúdo.³ Por isso, as palavras destacadas em negrito, ao longo do texto, indicam variáveis que serão objeto de análise posterior.

Apucarana

Segundo levantamento sobre a criminalidade, realizado pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (Cape), da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, em 2009, das 23 áreas integradas de segurança pública (AISPs), 11 apresentaram queda nos índices de homicídios no Estado. De acordo com o delegado-chefe da Divisão Policial do Interior (DPI), Luiz Alberto Cartaxo, a redução do número de homicídios no interior do Estado deve-se ao **intenso combate a crimes violentos**, à **constante apreensão de armas de fogo** e ao **grande número de prisões**. “A prevenção de homicídios se faz de duas formas: prendendo os culpados e combatendo sistematicamente a violência, que são nossas principais ações e que têm dado os resultados que vemos agora”, avaliou.⁴

Uma pesquisa realizada por Junqueira Filho e Ruiz (2010), no período 2004-2008, também apresenta algumas conclusões sobre as políticas de controle de homicídios nessa cidade:

Diante desses dados constatou-se o grande **desempenho das polícias Civil e Militar** na política de controle da criminalidade, tanto formal quanto informal, e ainda, iniciativas da área **política administrativa municipal**, embora se observe, desvinculada do objetivo geral da prevenção e controle da criminalidade. Houve considerável incremento no número de autuações pelo crime de tráfico, em decorrência desse controle, que é compatível com a redução do número de homicídios dolosos. Essa redução deveu-se quase que exclusivamente ao **comprometimento dos órgãos policiais**, do seu desempenho no combate ao crime, e na exteriorização da CERTEZA da aplicação da lei. (grifos nossos)

Belo Horizonte⁵

Na década de 1990, Belo Horizonte, assim como outras capitais brasileiras, teve um grande crescimento do número de homicídios. O diagnóstico da situação na cidade revelou: aumento de 100% no número de homicídios, entre 1997 e 2001; crescimento da participação dos jovens com menos de 24 anos na autoria das mortes violentas; concentração destes eventos nos aglomerados de vilas e favelas, tendo por vítimas e agressores os próprios moradores; e coincidência entre áreas mais violentas e áreas de maior vulnerabilidade social (medida pelo padrão de acabamento das residências, taxa de ocupação, taxa de mortalidade infantil, anos de estudo, taxa de analfabetismo da população, índice de infraestrutura urbana e índice de oferta de proteção social).

Foi a partir desse diagnóstico que o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Crisp) elaborou um **plano de intervenção** para redução do número de homicídios, estrategicamente dividido em duas frentes de trabalho. A primeira voltada para as **ações de natureza repressiva** ao crime, **identificando e prendendo homicidas (intervenção estratégica)** e a segunda direcionada para **ações de atendimento aos jovens** e **mobilização social**.

O projeto denominado Fica Vivo! foi implementado por um grupo de **instituições parceiras**, sob a coordenação do Crisp/UFMG, envolvendo as polícias, o Ministério Público, organizações não governamentais, movimentos sociais e a comunidade local, entre outros.

O Fica Vivo! objetivava superar os métodos tradicionais das políticas de segurança, ao combinar ações repressivas com ações de prevenção. Outro aspecto, considerando-se os programas

voltados para a questão da prevenção à violência, é sua proposta de **estruturação em rede**, na qual vários atores sociais agem de **forma integrada e articulada** visando um objetivo coletivo. A busca do **envolvimento da comunidade**, tanto na elaboração de estratégias como na sua implementação, é outra diretriz do programa.

Com a institucionalização do programa pelo governo de Estado, elevando-o à condição de política pública, em 2003, o Fica Vivo! ampliou seu escopo de atuação, com alterações metodológicas:

(Atualmente) a metodologia do programa não é a junção de ações de repressão e assistência social. Ela extrapola estes âmbitos na medida em que cria outros instrumentos para trabalhar com os jovens envolvidos com a criminalidade; portanto, sua concepção se baseia na lógica da **segurança como um direito de todos os cidadãos**. Considerando a complexidade para o entendimento das causas da violência, o programa propõe um trabalho de rede capaz de **intervir nas políticas sociais básicas destinadas aos jovens**. Estas ações são realizadas de duas formas: com as instituições e com os jovens. (SOUZA, 2011).

Neste sentido, os técnicos responsáveis pela gestão social do programa afirmam que aconteceram significativas mudanças conceituais nos últimos anos, aproximando a metodologia para uma ação de promoção da cidadania juvenil e, em certa medida, ampliando a ideia de prevenção à criminalidade juvenil:

O programa Fica Vivo! tem como objetivo romper com esta lógica instalada no país, na medida em que possibilita que os cidadãos ao utilizarem dos **mecanismos da democracia** para solução dos problemas relacionados à vio-

lência, sejam **reconhecidos e tratados como iguais**. Este trabalho é realizado através de discussões que embasam os valores republicanos e das orientações sobre os instrumentos legitimados pela democracia e ofertados pelo estado à disposição de todos os cidadãos e não apenas de uma parcela de privilegiados. (SOUZA, 2011).

Em síntese, atualmente, o programa age na construção de uma concepção segundo a qual os direitos de cidadania é que orientam o trabalho do Fica Vivo!, na tentativa de romper com a lógica assistencialista e repressiva e avançar na construção de uma política pública de segurança para todos os cidadãos.

*Diadema*⁶

Uma das experiências mais antigas e reconhecidas no Brasil é a do município de Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo. Em 1999, a cidade, com cerca de 270 mil habitantes, tinha a maior taxa de homicídios do Estado de São Paulo. Entre 1999 e 2005, no entanto, a taxa de homicídios sofreu uma queda bastante acentuada.

A partir de 2001, o prefeito começou a participar do **planejamento do trabalho policial**, em reuniões periódicas com policiais civis e militares. A **criação da Secretaria Municipal de Defesa Social** e a reformulação da **Guarda Civil Municipal (GCM)** também fortaleceram a **gestão integrada**.

A partir do **diagnóstico** feito pelo Instituto Latino-Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), a prefeitura passou a implementar uma série de **ações de controle e prevenção da violência**. Uma medida polêmica, porém eficaz, obriga os **bares a fecharem às 23h**, evitando o comércio de bebidas alcoólicas⁷ durante a noite, já que, segundo o diagnóstico, esse era o período no qual se con-

centravam os homicídios. O controle somou-se a **ações de prevenção**, como o Projeto Aprendiz, para adolescentes e jovens, e a Casa Beth Lobo, que **combate a violência contra a mulher**.

Paralelamente, a Guarda Municipal passou a fazer o **monitoramento das estatísticas criminais**. **Fóruns itinerantes** discutem a segurança pública nas diferentes regiões da cidade. O Instituto Sou da Paz, que fez o **II Plano Municipal de Segurança Pública** de Diadema, também acompanha sua implementação pela prefeitura.

O sucesso da experiência de Diadema indica que as ações, quando levadas a cabo e com **continuidade**, contribuem para a diminuição da violência. E a própria divulgação do trabalho na cidade impulsiona esse êxito.

Londrina e Foz do Iguaçu⁸

Londrina e Foz do Iguaçu, cidades que frequentemente apareciam em listas de mais violentas do interior paranaense, estão conseguindo diminuir os índices de homicídios. A razão estaria no **maior número de investigadores** nas ruas e na **rapidez da elucidação de crimes**. Conforme estatísticas da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) e dos municípios, comparando os dados do primeiro semestre de 2009 com os do mesmo período de 2008, os assassinatos caíram 25% em Foz do Iguaçu, 35% em Londrina e 20% em Ponta Grossa.

De acordo com o titular da Delegacia de Homicídios de Foz do Iguaçu, delegado Marcos Araguari, uma série de fatores vem contribuindo para a queda de homicídios na cidade. Para Araguari, a mudança é resultado da **colaboração da população** para elucidação dos crimes, via

disque-denúncia – que pode ser anônima – e do melhor **entrosamento da Polícia Civil com as Polícias Federal e Militar**.

Conforme estatísticas da Delegacia de Homicídios, de janeiro a setembro de 2008, Foz do Iguaçu registrou 151 assassinatos, diminuindo para 113, no mesmo período de 2009, uma redução de 25%. O delegado afirma ainda que em agosto o **índice de elucidação dos homicídios** chegou a 80%.

Petrolina⁹

O município de Petrolina, no sertão de Pernambuco, é um novo *case* brasileiro de redução da violência. De janeiro a junho de 2009, a cidade de quase 300 mil habitantes registrou uma diminuição de 35,5% no número de homicídios em relação ao mesmo período de 2008 (de 76 casos para 50, em números absolutos). As estatísticas também mostram queda de 29,5% no número de roubos – de 671 ocorrências para 473. A **apreensão de armas** cresceu 22,6%.

De acordo com o secretário municipal de Segurança Cidadã, Murilo Cavalcanti, o resultado positivo deve-se ao **trabalho conjunto das polícias, da prefeitura, do Judiciário e do Ministério Público** e à integralidade de ações. Para ele, os principais problemas de violência em Petrolina são as desigualdades sociais e a ociosidade da população jovem. “A combinação drogas, álcool e falta de uma cultura da não-violência tem contribuído sobremaneira para atos de violência. Não se pode desprezar que a cultura machista também ajuda para aumentar a violência, principalmente contra as mulheres”, diz Murilo Cavalcanti.

O secretário passou a se reunir semanalmente com o comandante do 5º. Batalhão, co-

ronel Carlos Pereira, e com o delegado da Polícia Civil, Glaukus Menck, para **analisar os delitos, mapeá-los e estabelecer estratégias de atuação conjunta**. A Guarda Municipal também tem papel importante na **prevenção**, ajudando a polícia e atendendo a população nas pequenas ocorrências e na segurança do entorno das escolas.

O coronel Carlos Pereira destaca o papel do **Plano Estadual de Segurança Pública Pacto pela Vida**, que prevê o **trabalho integrado** e ações transversais, conjugando secretarias e outros órgãos públicos dos poderes federal, estadual, municipal, além da sociedade civil.

As estatísticas, segundo o coronel, são discutidas em reuniões mensais, seguindo o modelo de **gestão por resultados**, implantado pelo governo do Estado. Os números da segurança pública de Petrolina deverão ser divulgados a cada seis meses.

Ao lado da redução dos crimes, também chama atenção a **melhora nas investigações**. No primeiro semestre de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior, houve aumento na conclusão e encaminhamento à Justiça, sendo de 314% nos inquéritos de homicídios e de 78% nos de crimes comuns.

De acordo com o delegado Glaukus Menck, isso se deve, principalmente, ao **aumento do investimento** do governo do Estado, que permitiu um acréscimo do efetivo de policiais e a formação de equipes especializadas em homicídios nas duas delegacias da cidade.

Outro número positivo é o **aumento de 42,4% das prisões** por mandado. Segundo o delegado, as **polícias estão tão integradas** que

há soldados trabalhando nas delegacias e policiais civis no Batalhão à disposição para a execução dos mandatos pelo comandante PM.

Para o secretário, a redução da violência em Petrolina também deve-se às **ações conjuntas de prevenção**, como a **realização de palestras nas escolas, a capacitação para jovens ingressarem no mercado de trabalho** e a união de programas voltados para a cultura da não violência, como Pró-jovem Vida Nova, Segundo Tempo e Judô com Cidadania.

Recife¹⁰

Construído de **forma coletiva e participativa**, o **Plano Municipal de Segurança Cidadã – em Defesa da Vida**, de Recife, abriu caminho para o desenvolvimento de **projetos de prevenção** da violência apoiados pelo governo federal. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) já aprovou e vai financiar projetos como o **Recife Construindo Cidadania** e o **Espaço Urbano Seguro**.

O plano começou a ser construído em agosto de 2006, com a realização de **oficinas com as comunidades** de 18 microrregiões do Recife, bem como **oficinas setoriais** com órgãos de justiça e segurança, **Guarda Municipal, iniciativa privada, universidades, empresas de comunicação e entidades de direitos humanos**.

A partir das oficinas, foram estabelecidos os principais eixos do programa: construção de um **espaço urbano seguro para a melhor convivência** entre as pessoas; formação da **Guarda Municipal** como agente de cidadania e prevenção da violência; **implementação de políticas para grupos sociais vulnerabilizados**, incluindo o **atendimento a vítimas**; promoção de **políticas de prevenção ao consumo de drogas lícitas e**

ilícitas; e reorganização institucional para uma execução eficaz do plano e seu **monitoramento pela sociedade**. “A implementação de políticas públicas no âmbito de prevenção da violência ocorre de forma transversal e multidisciplinar”, diz Karla Menezes, Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã de Recife.

Um fator importante do plano de Recife é a definição do papel da **Guarda Municipal**, que teve seu campo de atuação ampliado: além de fazer a segurança patrimonial pública, dedica-se também à segurança de escolas, de trânsito, defesa civil e ainda dá apoio aos fiscais da prefeitura, presta atendimento aos turistas, entre outras ações.

Depois de um primeiro ano com redução de 6,9% na taxa de homicídios, o Pacto pela Vida fechou seu segundo ano com uma diminuição de 2,2% no índice de assassinatos.

Rio de Janeiro¹¹

A Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro divulgou as **metas** para quatro indicadores estratégicos de redução dos homicídios. Essa metodologia foi criada em 2009, como forma de **melhorar o desempenho das corporações policiais**. A cada semestre, a Secretaria estipulará metas a serem alcançadas nestes indicadores (roubos de rua, roubos de veículos, homicídios dolosos e latrocínios).

Em relação ao segundo semestre de 2009, quando começou a funcionar o sistema de metas, a pasta não conseguiu atingir seu objetivo referente aos homicídios dolosos. Pelo planejamento traçado pela Secretaria, a meta era reduzir em 11,7%, mas o percentual de queda foi de apenas 9%.

Ao ser questionado, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, afirmou que a

polícia precisa ser mais ágil de forma a se antecipar às ocorrências, além de **umentar o efetivo** que, segundo ele, durante anos ficou em segundo plano. Para Beltrame, a presença de **Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs)** em comunidades carentes pode ser um fator que ajude a reduzir os registros, uma vez que ela contribui para **retirar armas de grosso calibre de circulação**.¹²

A seguir, apresentam-se algumas análises sobre a queda dos homicídios no Rio de Janeiro. As informações foram coletadas do Portal Comunidade Segura.¹³

Equipe do Laboratório de Análise da Violência da UERJ (LAV) verificou que, de janeiro a julho de 2010, em comparação com o mesmo período de 2009, houve redução de 17% da taxa de mortes violentas intencionais, além de confirmar um decréscimo das taxas a partir de 2005. As taxas de mortes violentas intencionais para 2010 foram mais baixas do que as de 2009 em todos os meses analisados.

A Secretaria de Segurança do Rio tem atribuído a redução ao **sistema de premiação** por cumprimento de metas de redução da criminalidade. Os prêmios variam de R\$ 500 a R\$ 1.500 e são entregues ao fim de cada semestre.

Os **autos de resistência também apresentaram queda**. Entre janeiro e julho de 2010, a diminuição foi de 13,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O LAV analisou este indicador para o acumulado dos meses de janeiro a julho e verificou redução em 2010 em comparação aos cinco anos anteriores. Em 2007 e 2008, foram registrados os maiores índices de mortes de civis pela polícia no pri-

meio semestre de toda a série histórica.

A redução da violência letal também é, em parte, atribuída à **implantação das UPPs**, que, segundo Robson Rodrigues, coronel da PM do Rio, realizam trabalho de **prevenção** e têm **foco nos jovens de 13 a 24 anos**. Segundo ele, as UPPs estão invertendo os valores antigos em que a identidade dos militares era construída por uma oposição aos civis, o que levava ao distanciamento. O coronel acrescentou que o **processo de escolha dos capitães que comandam as UPPs é criterioso** e leva em conta a disciplina, a vocação e a sensibilidade comunitária do profissional. Ele destacou a implantação, em comunidades já pacificadas, do projeto UPP Social, da Secretaria de Assistência Social, que está promovendo uma **escuta das comunidades** para identificar as demandas e as ofertas de serviços e **articular programas de órgãos públicos das três esferas de governo, da iniciativa privada e de ONGs**.

Levantamento divulgado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio, em janeiro de 2012, aponta que pela primeira vez, desde que as taxas de homicídios são registradas em séries estatísticas, a cidade contabilizou menos de 30 mortos por 100 mil habitantes em 2010.

*São Paulo*¹⁴

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, **investigação especializada, identificação e prisão dos autores, recolhimento de armas ilegais e prevenção com base em tecnologia da informação** derrubam mortes intencionais no maior Estado do país. A cidade de São Paulo teve redução de 70% no número de homicídios dolosos, de 1999 a 2008. A taxa de homicídios no Estado caiu de 35,27 por 100 mil habitantes, em 1999, para 10,95, em 2009.

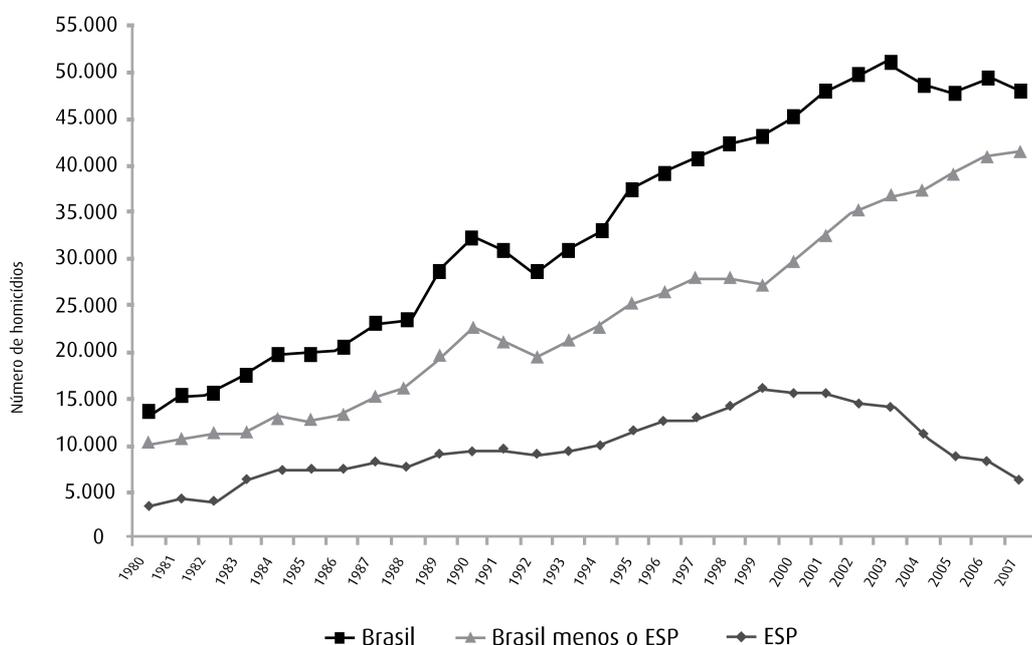
A redução dos homicídios dolosos significa o aumento do número de vidas poupadas. Ou seja, de pessoas que deixaram de morrer assassinadas porque a **polícia tem tirado armas ilegais das ruas**, está **presente em locais violentos**, está **preendendo mais criminosos**, além de traçar o **mapa da criminalidade**, usado para ações de **inteligência policial** como forma de agir pontualmente na resolução desse crime.

A **PM** intensifica o trabalho de **prevenção a homicídios dolosos**. A **Polícia Civil acelera os procedimentos de apuração** para o esclarecimento rápido desses crimes. O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) passou a investigar as tentativas de homicídio, já que, não raramente, o assassino em potencial volta quando não consegue cometer o crime. Os **investimentos do governo em segurança pública** equipam as forças policiais com novas viaturas, helicópteros, computadores e ferramentas de inteligência – como os sistemas de Registro Digital de Ocorrências (RDO) e **Informações Criminais** (Infocrim), já implantados em 601 dos 645 municípios paulistas.

Ainda segundo a Secretaria de Segurança, outros fatores contribuíram para a queda de homicídios: o sistema de videomonitoramento; as **Operações Saturação** que combatem a criminalidade e estreita os laços com a comunidade; o **rápido esclarecimento dos homicídios** que evita o aumento da sensação de impunidade; a Operação Desarmamento; entre outras ações.

No caso brasileiro, a experiência recente de São Paulo, cidade mais populosa do país, apresenta possibilidades para a prevenção e redução do crime violento no contexto urbano. Maior controle sobre as armas de fogo, juntamente com

Gráfico 2
Homicídios
Brasil e Estado de São Paulo - 1980-2007



Fonte: Ministério da Saúde. SIM/Datasus.

campanhas de desarmamento, foram implementadas no Brasil para reduzir os níveis de crimes, e de homicídios em particular. No nível nacional, tais medidas provavelmente contribuíram para um leve declínio nas taxas de homicídio após 2004, mas o impacto foi claramente mais forte em São Paulo. As tendências claramente diferentes das taxas de homicídios em São Paulo e no Rio de Janeiro mostram que tais políticas de prevenção do crime podem fazer uma diferença real no nível local. (UNODC, 2011, p. 8.)

O Gráfico 2 apresenta um comparativo dos homicídios entre o Estado de São Paulo, o Brasil (incluindo SP) e o país (excluindo SP). Uma das lições que podem ser aprendidas da experiência de São Paulo é a continuidade das ações de pre-

venção e controle dos homicídios ao longo de um grande período.

Em estudo mais apurado sobre a queda de homicídios em São Paulo, Peres et al. (2011, p.25) concluem que:

Pesquisas futuras devem enfatizar o papel de fatores sociais que atuam localmente para reduzir a taxa de mortalidade por homicídio em grupos de alto risco e, conseqüentemente, a iniquidade na distribuição das mortes por agressão. O desenvolvimento de modelos de análise que busquem dar conta da complexidade dos fenômenos apontados tem implicação direta para a formulação de ações preventivas e políticas públicas, não apenas no Município de São Paulo, contribuindo para consolidar a tendência de queda observada, como também

em outros contextos sociais, revertendo o atual cenário de insegurança.

São Leopoldo¹⁵

Para o então secretário Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, o **Estatuto do Desarmamento** foi o responsável pela redução do número de homicídios de 70 para 48 por ano, de 2003 a 2005. “A campanha do desarmamento em São Leopoldo é *sui generis*. Apesar de sediar duas fábricas de armamentos, a cidade entregou muitas armas e os homicídios caíram”.

Ainda segundo a mesma fonte, nos anos seguintes, entretanto, com o fim da campanha, os homicídios voltaram a aumentar: 55 em 2006 e 68 em 2007.

Em 2006, a **Secretaria Municipal de Segurança Pública** de São Leopoldo lançou o **programa Comunidade Segura**, que fez o **diagnóstico** da violência e da criminalidade na cidade. “Em **audiências públicas** divulgamos a ideia de o município trabalhar na segurança pública, sem que isso se confunda com a atividade de polícia. Também ouvimos **propostas das comunidades** e de setores específicos, como empresariado, igrejas, instituições de classe e sindicatos”, conta o secretário.

Implantado há dois anos, o programa reúne **projetos multissetoriais de prevenção** e designa à **Guarda Municipal** o papel de agente de cidadania. Um dos objetivos estratégicos é a redução de homicídios de jovens. Destaca-se ainda o trabalho do **Gabinete de Gestão Integrada e Fiscalização em Gestão Urbana** de São Leopoldo, que reúne 11 secretarias municipais, Polícia Civil, Brigada Militar (a PM gaúcha), Polícia Rodoviária, Polícia Federal, Bombeiros, conselhos tutelares e o Ministério Público. Em

reuniões mensais, os representantes discutem problemas que surgiram e tentam se antecipar às novas ocorrências.

São Vicente – SP¹⁶

Oferecer aos jovens em **situação de vulnerabilidade** social dispensados do serviço militar obrigatório uma oportunidade de **formação profissional e cidadã** e, com isso, diminuir a violência e colaborar para o **desenvolvimento da comunidade** é a proposta do projeto Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal (Jepom), implantado em São Vicente, litoral de São Paulo.

Lançado em 2001, o projeto já formou mais de seis mil jovens em **cursos técnicos**, como de segurança do trabalho, meio ambiente, nutrição, petróleo e gás, entre outros. Oferecido a jovens de ambos os sexos, o Jepom também proporciona **cursos livres** nas áreas de esporte, informática, desenho, música e outros.

“A ideia é dar aos jovens em situação de vulnerabilidade social, em liberdade assistida ou que moram em regiões de alto risco, uma **formação profissional e uma ocupação durante o dia**”, explicava o vice-prefeito e secretário de Transportes, Segurança e Defesa Social (Setrans), Rogério Barreto Alves.

Uma das principais conquistas do projeto foi ter colaborado com a redução do índice de homicídios dolosos entre os jovens de 18 a 24 anos na cidade: o índice caiu de 69, em 2001, para nove, em 2007. Esse e outros dados permitiram que São Vicente passasse do 17º lugar no *ranking* das cidades mais violentas do Estado, em 2001, para a 113ª posição, em 2005.

Todos os anos são selecionados cerca de 400 jovens. Eles recebem uma bolsa-auxílio de R\$

Quadro 1
Variáveis dos projetos de redução/controle de homicídios

Variável	Abreviatura	Composição da variável
Articulação inter e intra-agências	Artic	Articulação entre agências municipais, estaduais, com polícias, MP, Judiciário, sociedade.
Bebidas alcoólicas e drogas (controle)	BebDro	Ações de controle de venda e uso de bebidas e outras drogas; prevenção e tratamento do uso de drogas.
Disque denúncia	DDen	Canais de denúncia abertos à população .
Eficiência policial	EFPol	Melhoria da investigação, informação, apuração de crimes; melhoria e agilidade na elucidação de homicídios; mais investigadores; sistemas de informação e gestão policial; identificação de autores de homicídios; premiação; gestão por resultados e/ou metas.
Desarmamento	Desarm	Recolhimento de armas; operações de desarmamento.
Gestão integrada da segurança pública	GI/SP	Gabinete integrado; ações integradas envolvendo agências do sistema de justiça criminal.
Grupos vulneráveis	GVul	Ações focalizadas nas vítimas de violência, mulheres, jovens, etc.; atendimento a vítimas.
Guarda Municipal	GMun	Participação da Guarda Municipal nas ações de prevenção.
Investimentos	Invest	Investimentos focalizados (financeiros e/ou de recursos humanos) em projetos ou ações de controle e/ou redução de homicídios; novas tecnologias, videomonitoramento.
Planos de Segurança Municipal e/ou Estadual	PlaME	Elaboração de planos municipal e/ou estadual; criação de órgãos municipais de segurança pública.
Participação comunitária	PCom	Oficinas nas comunidades, mobilização social, redes sociais, audiências públicas, acolhimento de propostas da comunidade, forma coletiva e participativa de gestão da segurança.
Projeto Prevenção	PjPrev	Projetos de prevenção focalizados no controle e/ou redução de homicídios.
Prisão	Pris	Prisão de homicidas; investimentos no sistema penitenciário.

Fonte: Elaborado pelo autor.

230,00 mais o curso técnico no valor de R\$ 120,00 por mês, além de uniforme completo. A formação é dividida em dois períodos. Um é destinado à **capacitação profissional** nos cursos técnicos e o segundo é voltado para a **participação dos jovens como auxiliares e orientadores em outros projetos da cidade**, como auxílio aos **guarda-vidas** na orla, participação em campanhas de preservação do meio ambiente e visitas solidárias a asilos, creches e abrigos, entre outras.

Além disso, desde o ano passado, os jovens podem desenvolver atividades de arte, dança e música ou realizar uma das 14 ações de esporte oferecidas tanto aos participantes quanto aos moradores da comunidade, como boxe, judô, basquete e handebol. “Hoje, 40% dos jovens que concluem a formação conseguem um emprego”, afirma Barreto.

Quais as principais características dessas práticas?

As experiências selecionadas, aleatoriamente, ilustram uma série de estratégias de prevenção e controle dos homicídios, desenvolvidas em distintas áreas, no Brasil. Como se depreende desse conjunto de práticas, não é preciso “reinventar a roda” para a elaboração de planos de enfrentamento, com vistas à redução dos assassinatos. Pode-se, a partir de tais experiências e tendo em vista um diagnóstico local – primeiro passo para a produção de projetos exitosos –, agregar nos novos planos, ou mesmo em políticas de maior amplitude, os elementos comuns que determinam o êxito de projetos já em curso.

Partindo do princípio de que já existem boas práticas, apresentam-se, a seguir, os principais elementos das experiências analisadas com o intuito de demonstrar quais seriam as características que devem ser priorizadas na elaboração de

projetos de controle e prevenção dos homicídios.

O objetivo dessa categorização é ajudar os gestores e operadores da segurança pública na elaboração de planos para o enfrentamento dos homicídios.

O Quadro 1 apresenta as variáveis selecionadas a partir da leitura cuidadosa de cada um dos projetos aqui expostos, utilizando a metodologia da análise de conteúdo. Ressalte-se que, eventualmente, os projetos possuem outras características, para além daquelas mencionadas no texto. Essas variáveis foram agregadas para facilitar a classificação.

O Quadro 2 traz as variáveis (já devidamente agregadas) correlacionadas aos 11 municípios selecionados.

Dos municípios analisados, pelo menos três (Belo Horizonte, Diadema e São Paulo) possuem ações de prevenção e controle de homicídios com vários estudos avaliativos; outros dois (Rio de Janeiro e Recife) têm se despontado como *cases* de políticas nessa área, ambos agregando experiências exitosas de projetos já avaliados, combinadas com novas ações (algumas muito específicas, a partir de realidades locais, como é o caso do Rio de Janeiro). Os demais seis municípios selecionados utilizam basicamente as mesmas estratégias dos projetos anteriores, adaptando-as à realidade local, priorizando algumas estratégias e, eventualmente, acrescentando outras. Portanto, os principais elementos constitutivos dos diversos casos demonstram a existência – praticamente consolidada – das bases para uma política de prevenção e controle dos homicídios no Brasil.

Por fim, no Quadro 3, pode-se perceber a

Quadro 2 Municípios e variáveis dos projetos selecionados

Municípios	Artic	BebDro	Dden	EFPol	Desarm	GI/SP	Gvul	Gmun	Invest	PlaME	PtCom	PjPrev	Pris
Apucarana				X	X	X			X	X			X
Belo Horizonte	X			X		X	X		X	X	X	X	X
Diadema	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	
Londrina e Foz do Iguaçu			X	X		X					X		
Petrolina	X			X	X	X		X	X	X	X	X	X
Recife	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	
Rio de Janeiro	X		X	X	X		X		X		X	X	X
São Paulo	X			X	X		X		X		X	X	X
São Leopoldo	X				X	X		X		X	X		
São Vicente							X	X			X	X	

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 3 Hierarquização das variáveis

Nove menções	Participação comunitária
Oito menções	Eficiência policial
Sete menções	Articulação; gestão integrada; investimentos; projetos de prevenção
Seis menções	Grupos vulneráveis; planos estaduais e municipais
Cinco menções	Guarda Municipal; prisão de homicidas; desarmamento
Duas menções	Bebidas/drogas; disque denúncia

Fonte: Elaborado pelo autor.

classificação das variáveis, a partir da quantidade de citações nos textos dos projetos analisados. Ressalte-se, mais uma vez, que alguma variável poderá estar “subnotificada” ou “superdimensionada”, tendo em vista que a pesquisa foi feita a partir de dados colhidos em material jornalístico e de informação institucional. Não obstante, as fontes são bastante confiáveis: o Portal Comunidade Segura, especializado na cobertura sobre segurança pública e cidadania, além das secretarias de segurança (municipal e estadual), responsáveis pela coordenação dos projetos analisados e outras fonte bibliográficas seguras.

Conclusões

A intenção deste texto não é apresentar um retrato fiel das várias ações selecionadas, mas sim oferecer um mosaico de possibilidades para elaboração de planos e estratégias de prevenção e redução dos homicídios. Além disso, o objetivo não é fazer comparações, nem juízos de valores, do tipo o que é certo ou errado. Os desafios das políticas de prevenção e redução aos homicídios são muitos, mas é possível superá-los. As possibilidades aqui apresentadas mostraram para os gestores e formuladores de políticas que, na árdua tarefa de enfrentamento do problema desse tipo de morte violenta, já existem metodologias factíveis e testadas em nosso país, com comprovado êxito.

É imperioso ressaltar que toda política pública tem etapas elementares: diagnóstico, planejamento, implantação, monitoramento e avaliação. Um exemplo de como aplicar esses preceitos em projetos de controle e prevenção dos homicídios pode ser visto no Programa Fica Vivo!, que originalmente foi baseado na **metodologia de solução de problemas**, dividida em quatro etapas distintas. A primeira, “*identificação*”, tem como objetivo descobrir quais

são os problemas associados aos incidentes de homicídio, selecionar as prioridades e definir responsabilidades. Nesta etapa, o Morro das Pedras (aglomerado com altos índices de homicídios, em Belo Horizonte) foi selecionado como objeto de ação não apenas pelo elevado número de ocorrências desses crimes, mas também pelas possibilidades que aquela localidade representava para a atuação dos grupos implicados no projeto. A segunda fase, de “*análise*”, consiste na compreensão mais profunda do problema, por meio do seu estudo de forma mais detalhada. O conhecimento minucioso das ocorrências dos delitos, de sua distribuição espacial e temporal e de suas possíveis causas é de grande importância para a etapa de intervenção. O objetivo da fase de “*resposta*”, ou a intervenção propriamente dita, é selecionar uma solução, um plano de ação estratégico e implementá-lo. Por fim, a fase de “*avaliação*” procura criar critérios objetivos para avaliação do funcionamento e efetividade do projeto, possibilitando adaptações e reformulações das estratégias do programa.

A partir das análises aqui apresentadas, percebe-se que as principais características das práticas de redução e controle de homicídios são, nesta ordem: a participação da comunidade; a eficiência policial; a articulação entre as várias agências públicas (e destas com a sociedade); a gestão integrada dos órgãos de segurança; os investimentos focalizados; e a elaboração de projetos de prevenção.

Parece não ser mero acaso o fato de que essas características principais coincidem, justamente, com as tendências modernas das políticas públicas. Ou seja, investimentos nos profissionais que atuam na política (formação específica e continuada, gerando maior eficiência), participação da comunidade (nas várias etapas da política),

gestão integrada (envolvendo as várias agências encarregadas do enfrentamento do problema) e focalização (uma tendência que tem respondido bem à dificuldade que os setores mais vulneráveis da população têm de acessar as políticas públicas voltadas para o atendimento de suas necessidades, como forma de reduzir gastos e, ao mesmo tempo, obter melhores resultados) seriam as principais características a serem observadas em políticas de redução e prevenção dos homicídios.

É importante registrar, ainda, que esses projetos, ao priorizarem a participação da comunidade, parecem se aproximar do conceito de segurança cidadã. A melhoria de todo o sistema de segurança pública deve ocorrer com a participação democrática da sociedade nas estratégias de enfrentamento dos crimes, articulando ações que visam propiciar aos atores comunitários a participação ativa na resolução dos problemas relacionados à criminalidade, nos moldes das ações preconizadas pelo Programa Nacional Segurança com Cidadania, o Pronasci.

Caberia à Secretaria Nacional de Segurança Pública atuar como indutora das políticas de prevenção e controle desses crimes, oferecendo as diretrizes e orientações básicas, fornecendo recursos para as ações focalizadas (via Fundo Nacional de Segurança Pública e dotações orçamentárias próprias), investindo em projetos de capacitação de policiais e gestores locais, além de estipular metas e cobrar resultados.

Às Secretarias Estaduais de Segurança seriam reservados os papéis de contrapartidas financei-

ras, assim como a colaboração com a Senasp na difusão, monitoramento e avaliação dos projetos e no gerenciamento das capacitações das equipes locais. Um papel fundamental dos Estados é direcionar investimentos específicos visando a melhoria da eficiência policial. Como observado nos *cases* selecionados, a quase totalidade dos projetos (que tiveram êxito na prevenção aos homicídios) está baseada em ações de melhoria da gestão e da eficiência das instituições policiais. Este ponto parece ser crucial para o êxito de tais projetos.

Por fim, projetos de prevenção e redução dos homicídios são de base local, ou seja, cabe aos municípios o papel de articulação de todos os atores identificados como responsáveis pelas diversas ações nos projetos, criando e mantendo as equipes responsáveis pelos projetos e ações, assim como promovendo o monitoramento e auxiliando na avaliação desses projetos. Diagnósticos locais e planos municipais são indicados como primeiros passos para o êxito das ações gerenciadas pelos municípios. As guardas municipais podem atuar em várias frentes, principalmente em ações preventivas, conforme se observou nos projetos analisados neste texto.¹⁷

A articulação das três esferas do governo, com suas respectivas agências, e a participação da sociedade indicam que há saídas factíveis para a construção de políticas públicas eficazes e eficientes voltadas para a redução dos homicídios no Brasil.

1. Túlio Kahn, no texto *Por que os homicídios caem no Sudeste e crescem no Nordeste e Sul?, com adaptações. Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>.*
2. *Para um estudo mais aprofundado sobre o tema dos homicídios no Brasil, existem vários trabalhos publicados, entre os quais citam-se: Lima (2002); Peres et al. (2011); Sapori; Medeiros (2010); e Soares (2011).*
3. *Esse método é muito diferente dos demais métodos de pesquisa porque, em vez de entrevistar ou observar pessoas, o pesquisador*

lida com registros que já existem e faz inferências a partir dos mesmos. Os objetivos da pesquisa da análise de conteúdo são bastante amplos, variando de uma área científica para outra. Porém, como modo de observação, a análise de conteúdo é usada para responder perguntas clássicas, tais como: "Quem diz o que, para quem, como, por quê e com que efeito" (CUNHA, 1983).

4. Fonte: SESP/PR, 29/10/2010. Disponível em: <www.seguranca.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3260>.
5. É importante registrar que ações de melhoria da gestão policial foram implantadas na sequência à implementação do Fica Vivo! O programa "Integração e Gestão em Segurança Pública" (Igesp), implantado em junho de 2005, em BH e depois em outras regiões do Estado, certamente foi importante na redução dos homicídios. Registre-se, também, o aumento no número de aprisionamento a partir da implantação de ambos os programas.
6. Síntese da reportagem intitulada "Municípios contra a violência, cidades mais seguras", de Marina Lemle, do Portal Comunidade Segura. Texto original disponível em <www.comunidadesegura.org.br>. Reprodução autorizada pela autora da reportagem.
7. "Em São Paulo, pesquisa realizada pelo sociólogo Guaracy Mingardi, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), constatou que o álcool é o agente detonador em pelo menos 41% dos homicídios. O álcool também é uma substância encontrada no organismo de grande parte das vítimas de violência. Pesquisa feita no IML paulista, em 2005, constatou que das 2.007 vítimas de homicídio no Estado de São Paulo, 863 tinham consumido álcool, sendo que 785 apresentavam mais de 0,6 grama de álcool por litro de sangue. Outra pesquisa premiada pela Senad é "Políticas municipais relacionadas ao álcool: análise da lei de fechamento de bares e outras estratégias comunitárias em Diadema (SP)", do médico Sérgio Duailibi, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O estudo mostra que a ligação entre álcool e violência por motivos fúteis é muito forte. Fonte: <<http://www.comunidadesegura.org/pt-br/node/40025>>. Acessado em 11.02.11>.
8. Fonte: Informações do jornal Gazeta do Povo, 02/10/2009, com dados da Sesp/PR.
9. Síntese da reportagem intitulada "Petrolina: símbolo da busca pela paz no sertão", de Marina Lemle, do Portal Comunidade Segura. Texto original disponível em <www.comunidadesegura.org.br>. Reprodução autorizada pela autora da reportagem.
10. Síntese da reportagem intitulada "Municípios contra a violência, cidades mais seguras", de Marina Lemle, do Portal Comunidade Segura. Texto original disponível em <www.comunidadesegura.org.br>. Reprodução autorizada pela autora da reportagem.
11. Fontes diversas: Portal R7; Sesp/RJ; Portal Comunidade Segura.
12. Fonte: Portal R7.
13. A reportagem "Queda da violência letal é real", da jornalista Marina Lemle, analisa com especialistas os dados estatísticos produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), que em setembro de 2010 apontavam para uma queda de 18,4% nos casos de homicídios no Estado em julho de 2010, em comparação ao mesmo mês de 2009. O texto completo está disponível em <<http://www.comunidadesegura.org/pt-br/MATERIA-queda-da-violencia-letal-no-rio-e-real>>. Acesso em 05.02.11.
14. O texto sobre São Paulo foi extraído do site da Secretária de Segurança Pública de São Paulo.
15. Síntese da reportagem intitulada "Municípios contra a violência, cidades mais seguras", de Marina Lemle, do Portal Comunidade Segura. Texto original disponível em <www.comunidadesegura.org.br>. Reprodução autorizada pela autora da reportagem.
16. Texto produzido pela parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Portal Comunidade Segura, por Alan Ary Meguerditchian - Osasco (SP), disponível nos sites do Fórum e do Portal.
17. Vários autores têm discutido o papel dos municípios na segurança pública e especificamente em ações de prevenção e controle dos homicídios. Indicamos o documento elaborado pela Frente Nacional de Prefeitos, intitulado "A segurança pública e os municípios", disponível no site do Observatório de Segurança; os capítulos 7 e 8 do livro *Legalidade libertária*, de Luiz Eduardo Soares (Lumen Juris Editora, 2006); o texto "O papel dos municípios na segurança pública - estudos criminológicos", de Tulio Kahn e André Zanetic, disponível no site da Sesp/SP e o texto de nossa autoria, "O município e a segurança pública", disponível no site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia para a prevenção do crime e violência nos municípios**. Disponível em: <www.mj.gov.br>.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Relatório Homicídios Brasil**. 2004.
- CARVALHO, A. X. et al. **Custos das mortes por causas externas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2007 (Texto para discussão, 1.268). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1268.pdf>.
- CUNHA, M. B. da. Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 11, n. 2, jul./dez. 1983. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/RBB/article/viewFile/413/409>>.
- BEATO FILHO, C. C.; SOUZA, R. S. R. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. **Cadernos Adenauer**, Ano IV, n. 3, p. 51-75, out. 2003.
- JUNQUEIRA FILHO, G. M. B.; RUIZ, I. Análise dos homicídios dolosos ocorridos na cidade de Apucarana – PR e sua relação ao uso/tráfego de drogas, com a conseqüente redução do seu índice, na perspectiva da implementação de políticas públicas, através de planos estratégicos de ação conjunta. 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/>>.
- LIMA, R. S. **Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no Município de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Sicurezza, v. 1, 2002.
- LEMLE, M. Textos selecionados. **Portal Comunidade Segura** [referências detalhadas ao longo do texto]. Disponível em: <www.comunidadesegura.org.br>.
- MOLINA, A. G. P. de; GOMES, L. F. **Criminologia**. 2ª ed. São Paulo: RT, 1997.
- PERES, M. F. T.; VICENTIN, D.; NERY, M. B.; LIMA, R. S.; SOUZA, E. R.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Revista Panamericana de Salud Pública (Impresa) / Pan American Journal of Public Health (Impresa)**, v. 29, p. 17-26, 2011.
- SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. **Crack, um desafio social**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, v. 1, 2010.
- SILVEIRA, A. M. A prevenção de homicídios: a experiência do Programa Fica Vivo! no Morro das Pedras. **Revista Educação e Realidade**, v. 33, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/7070>>.
- SOARES, G. A. D. A criminologia e a desventura do jovem dado. **Segurança, Justiça e Cidadania**, v. 3, p. 11-30, 2011.
- SOUZA, Â. M. D. N. **Revista do Programa Fica Vivo!**, Secretaria de Estado de Defesa Social de MG/Instituto Elo Cidadania, edição 2011.
- UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide 2011 – key findings**. Vienna, 2011.
- VELÁSQUEZ, H. A. Os governos locais e a segurança cidadã. Disponível em <www.rolim.com.br/2002/_pdfs/seg_Hugo_Acero.pdf>.
- WAISELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. Instituto Sangari, 2010. Disponível em <www.institutosangari.org.br>.

WAQUIM, B. B. Prevenção situacional: teses, técnicas e reflexões. **Âmbito Jurídico**, n. 67, 01/08/2009. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

WERTHEIN, J. Violência, juventude, economia e educação. **Valor Econômico**, 07/04/2010. Disponível em: <www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>.

WORLD BANK. Department of Finance, Private Sector and Infrastructure Latin American Region. **Prevenção comunitária do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina**: um guia de recursos para o município. 2003. Disponível em: <[http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20\(25\).pdf](http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20(25).pdf)>.

Prevenção e controle de homicídios: analisando experiências brasileiras

Robson Sávio Reis Souza

Resumen

Prevenção y control de homicidios: analizando experiencias brasileñas

El presente artículo hace un breve análisis del problema de los homicidios en Brasil para, a continuación, presentar prácticas variadas que han sido implementadas en diferentes realidades y circunstancias con el objetivo de reducir ese tipo de crimen violento. El foco principal del texto es la discusión de algunas de las características de esas experiencias, con la intención de señalar elementos comunes y sólidos, presentes en las acciones de prevención, reducción y control de los homicidios. A partir de una selección aleatoria de casos, hecha a través de una pesquisa exploratoria en la prensa en los años de 2009/2010, el artículo discute la relevancia de las características comunes que están presentes en los varios programas seleccionados, señalando que algunas de esas características deben ser consideradas por los gestores y operadores de la seguridad pública que pretenden implantar acciones de combate y control de los homicidios. La metodología utilizada para examinar las informaciones recolectadas se denomina análisis de contenido. A partir de la constatación de que ya existen metodologías factibles, testadas y de comprobado éxito en el control de los homicidios en Brasil, el artículo finaliza presentando algunas sugerencias para una política más sistémica en torno a la disminución de los homicidios en Brasil.

Palabras clave: Homicidios. Política pública de seguridad. Prevención de la criminalidad. Prácticas de control de homicidios en Brasil.

Abstract

Murder prevention and control: an analysis of Brazilian experience

This paper reports a brief analysis of the problem of murders in Brazil and subsequently presents several measures implemented in different settings and circumstances aimed at reducing this type of violent crime. The text centers on discussing characteristics of these experiences in an effort to identify common elements among actions for murder prevention, reduction and control. Based on a random selection of cases retrieved through an exploratory search of the press during 2009/2010, the article explores the relevance of the common characteristics found among the selected programs, indicating some of these characteristics for consideration by public safety administrators and officers charged with implementing actions to combat and control homicides. The methodology adopted to examine information collected is referred to as content analysis. Having verified that feasible, tried and tested, and successful methodologies for controlling murders in Brazil are available, the article concludes by proposing suggestions on how to achieve a more systemic policy for reducing homicides in Brazil.

Keywords: Homicides. Public safety policy. Crime prevention. Practices for controlling murder in Brazil.

Data de recebimento: 01/11/2011

Data de aprovação: 10/01/2012

